



# Colonialismo Comandos africanos nas Forças Armadas Portuguesas. Histórias de abandono e traição

**INVESTIGAÇÃO** *"Por ti, Portugal, eu juro!" – Memórias e testemunhos dos comandos africanos da Guiné (1971-1973)* é um documentário sobre ex-comandos africanos e traz memórias de horror para a história de uma "revolução sem sangue".

TEXTO VALENTINA MARCELINO

Cerca de 600 homens integraram três companhias de comandos africanos na Guiné-Bissau, uma tropa de elite única exclusivamente constituída por negros que serviu Portugal na Guerra do Ultramar. Com a independência, foram abandonados pelo Exército português, que os deixou para trás. Foram perseguidos, torturados e muitos fuzilados. Cinquenta anos depois, as suas versões da história foram ouvidas e reunidas num projeto de tese de doutoramento e num documentário. Os poucos ainda sobreviventes reivindicam direitos que lhes tinham sido assegurados e nacionalidade portuguesa.

"O governo português pagará ainda as pensões de sangue, de invalidez e de reforma a que tenham direito quaisquer cidadãos da República da Guiné-Bissau por motivos de serviços prestados às Forças Armadas portuguesas. [...] O governo português participará num plano de reintegração na vida civil dos cidadãos da República da Guiné-Bissau que prestem serviço militar nas Forças Armadas portuguesas e, em especial, dos graduados das companhias e comandos africanos." Este foi o compromisso assumido no Acordo de Argel, que reconhece a

independência da Guiné-Bissau, assinado a 26 de agosto de 1974 pelos então ministros dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e da Coordenação Internacional, António de Almeida Santos.

Dos cerca de 400 mil africanos negros que, como portugueses que eram na altura, combateram do lado das Forças Armadas Portuguesas (FAP) contra os movimentos de libertação em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau, o Ministério da Defesa Nacional assume apenas o reconhecimento de "direitos inerentes, consoante cada caso concreto", a "800 militares de origem africana, que combateram pelas Forças Armadas Portuguesas na Guerra do Ultramar, qualificados como o deficientes militares". O Gabinete de João Gomes Cravinho não especifica ao DN nem o país de origem nem a que unidades pertenciam.

Júlio Correia, Mário Sani, Bubacar Djaló, Lamine Camará e Paulo Rodrigues (fotos em cima, da esquerda para a direita) não estão entre eles. As suas vozes representam as de uma maioria de ex-combatentes portugueses (na altura era essa a sua nacionalidade) e trazem uma história que não é a dos vencedores, nem sequer a conveniente para as narrativas comuns sobre o papel



Abdulai Djaló, 73 anos  
1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné



Julde Djaquité, 71 anos  
2.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné

desempenhado por estes homens, que integraram uma unidade de elite do Exército português promovida pelo general António de Spínola — a mesma a que pertenceu o mais conhecido comando africano na Guiné, Marcelino da Mata, falecido em Portugal no início deste ano. Para a Guiné independente foram considerados traidores e não houve condecorações. Para os revolucionários de abril eram um incómodo e foram atraídos para o lado sombrio da história.

## Sorriso e sangue

Os testemunhos deste documentário fazem parte de um grupo de cerca de três dezenas de ex-comandos que foram ouvidos na Guiné-Bissau por Sofia da Palma Rodrigues, doutoranda em Pós-Colonialismo e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, no âmbito de um projeto de tese sobre este tema, e por Diogo Cardoso, ambos jornalistas da revista digital *Divergente*, onde será publicado um documentário completo nos meses de outubro, novembro e dezembro (*ver entrevista ao lado*), um trabalho que contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, da Funda-

ção para a Ciência e Computação e do CES.

*"Por ti, Portugal, eu juro!" – Memórias e testemunhos dos comandos africanos da Guiné (1971-1973)* traz novas versões sangrentas e de horror, sem cravos, para a história de uma romântica "revolução sem sangue".

Os seus testemunhos são um muro no estômago e obrigam mesmo, a quem ainda não o tinha feito, a olhar de outra forma para este período da história, quando Spínola assumiu o cargo de comandante-geral daquele país e comandante-chefe das FAP. No seu plano, Por Uma Guiné Melhor, prometeu melhores condições de vida aos então portugueses negros daquele território, para que deixassem de aderir à causa do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde).

Nalinha da frente deste projeto, a que Cabral chamou política de "sorriso e sangue", estavam os comandos africanos, combatentes escolhidos entre os mais fortes para as missões mais complexas de contrassubversão, como braço armado do desígnio de Spínola que promovia a imagem de uma nação integradora e multirracial.

"Sou português, em todos os sen-



Um africano não é tratado como um europeu na embaixada, isso é lógico.



Sinceramente, abandonaram-nos completamente.

tidos sou português. Juro!", declara para a câmara Julião Correia, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné, de braço erguido. "Eu não jurei duas bandeiras, apenas uma", afirma Lamine Camará, da 2.ª Companhia, que não esconde a sua revolta: "Sinceramente, arrependo-me de não ter ido para a guerra de libertação. Virei-me contra a minha família, meus irmãos. E afinal por quem lutei? Lá no Ministério da Defesa puseram miúdos que nada fizeram pelo país. Eu fiz mais por Portugal do que aquela gente que está lá", afirma indignado.

"Abandonaram-nos. Sinceramente, abandonaram-nos completamente. Ficámos filhos, sem pai e sem mãe [...]. Portugal tem todos os nossos documentos [...]. Sou português para sempre. O meu sentido é português. Porque jurei a minha pátria, sou português", declara, de olhos embargados de lágrimas, Mário Sani, que foi perse-

● "Abandonaram-nos. Sinceramente, abandonaram-nos completamente. Ficámos filhos, sem pai e sem mãe [...]. Portugal tem todos os nossos documentos [...]. Sou português para sempre. O meu sentido é português. Porque jurei a minha pátria, sou português."

guido depois de 1975 e esteve fugido durante mais de três décadas em vários países da África Ocidental. "Encontrámo-nos com Mário Sani pela primeira vez em 2018. Regressara há pouco de uma fuga que durou mais de 40 anos, depois de ter sido perseguido e preso pelo PAIGC em 1975. O seu corpo magro e perclitante estava presente, mas a vida do homem fardado, jovem e forte, que nos fitava da fotografia pendurada na parede, parecia ter sido sugada", é contado no documentário.

#### Sem escolha Ideológica

Sani lembra-se bem do dia em que viu Spínola pela primeira vez. Segundo o trabalho de Sofia Palma Rodrigues e Diogo Cardoso, "tinha acabado de ser ferido numa perna quando o governador o foi visitar ao hospital. Disse-lhe para ter coragem, defender a terra, defender a bandeira, e até lhe apertou a mão-

a mesma mão a que, anos mais tarde, seriam arrancadas as unhas como castigo pelo serviço prestado a Portugal".

Mário Sani contou-lhes que o general do monóculo "falava sempre muito bem. Dava-nos coragem durante a instrução militar. Não sabíamos que estávamos a ser enganados, que era mobilização. Quando nascas nas mãos de alguém, pensas que tudo o que essa pessoa te diz é verdade, ou não? Não conhecia a finalidade da guerra, achava só que o PAIGC era o agressor. Só depois da independência vim a perceber", recordou.

Sani, Julião Correia e Lamine Camará morreram já depois de terem dado o seu testemunho, antes de receberem, ou as suas famílias, qualquer apoio português.

"A maioria destas pessoas não fazia uma escolha ideológica. As pessoas eram empurradas para um lado ou para o outro. Ou porque viviam em Bissau e iam para as FAP, ou porque estavam no campo e iam para o lado do PAIGC. Não era uma escolha", assinala Sofia Palma Rodrigues.

Esta tarde, este trabalho vai ser apresentado numa sessão privada no Museu do Aljube ("porque tem uma bandeira da memória" e este trabalho é sobre a memória) e vão estar presentes dois ex-comandos, Abdulai Djaló, 73 anos, e Juldé Djaguité, 71, das 1.ª e 2.ª Companhias, respetivamente. Ambos residentes atualmente em Portugal. "O pai de Abdulai era perseguido pela PIDE e ele entendeu que a melhor forma de defender a vida da família era ir para os comandos. Depois do 25 de Abril, quando conseguiu vir para Portugal e enquanto esperava a ajuda da Associação de Comandos, dormiu numa cadeira encostada a um prédio num bairro de Chelas. Depois foi viver para uma casa onde estavam outros antigos tropas. Passados dois ou três anos, a Associação de Comandos conseguiu-lhe um lugar como porteiro num parque de campismo, mandou vir a mulher e os filhos e viveram vários anos numa tenda. Hoje

tem um grande orgulho de ter conseguido comprar uma casa", conta Sofia Palma Rodrigues.

Juldé era furriel e teve de fugir depois do 25 de Abril para o Senegal, onde esteve "bastantes anos" escondido", até que conseguiu que a embaixada portuguesa o autorizasse a vir para Lisboa. "É muito consciente dos seus direitos. Trabalhou cá e, com a ajuda da Associação de Comandos, num processo que demorou anos, tem uma reforma. Mas ainda assim é de soldado, e não de furriel, que era o posto dele, que não lhe foi reconhecido", assinala a autora.

Amanhã, dia 30, será feita uma apresentação pública do documentário junto ao Padrão dos Descobrimentos, em Belém.

ODN contactou a Associação de Comandos para saber a quantos ex-combatentes africanos deram apoio, mas não recebeu resposta até à hora do fecho deste artigo.

O coronel Raul Folques foi o último comandante do Batalhão de Comandos da Guiné, que integrava as três companhias de comandos africanos. "É urgente ouvir estas pessoas e fazer justiça", sublinhou ao DN. Este oficial foi destituído do seu posto logo após o 25 de Abril e entendeu que "as reivindicações de todos estes ex-comandos são válidas. Foi feita uma grande injustiça a estes militares, que se consideravam e consideram ainda portugueses. Foram humilhados, ostracizados, muito maltratados a todos os níveis. Roubaram-lhes a nacionalidade, e esse é um direito que nunca lhes devia ter sido retirado", assevera.

Nos últimos anos, a Associação dos Filhos e Viúvas dos Antigos Combatentes Portugueses da Guiné tem organizado manifestações à porta da Embaixada de Portugal em Bissau a reivindicar o pagamento de pensões de sangue e invalidez. É tarde demais para estas pessoas? "Não é. Elas não sentem que seja tarde demais. Enquanto estiverem vivas, se forem reconhecidas já é bom", diz Sofia Rodrigues.

valentina.marcellino@dn.pt



Parada militar de comandos africanos em Bissau, do arquivo pessoal do último comandante, Raul Folques.



Eu não jurei duas bandeiras.  
Apenas uma.



- Está contente de ir para Portugal?  
- Muito. É a minha terra.

## Sofia P. Rodrigues e Diogo Cardoso “Estes homens ficaram fora da história, num limbo cinzento”

**DOCUMENTÁRIO** Os autores da investigação *“Por ti Portugal, eu juro”* reconhecem que este é um tema “incómodo” e lembram que “a história é um campo de batalha onde a memória se disputa”.

ENTREVISTA VALENTINA MARCELINO

**Foi uma surpresa para vocês esta situação? Porquê, passados 50 anos, este tema é relevante?**

Sofia da Palma Rodrigues (SPR) – Sim, para mim era completamente desconhecido. É relevante porque a história é um campo de batalha onde a memória se disputa. E a memória que temos hoje em dia, a história que nos é contada é a história dos vencedores do lado da Guiné e do lado de Portugal. Da Guiné, a história que o PAIGC quis contar, do lado de Portugal, a história que quem fez a Revolução de Abril quis contar. E estes homens ficaram completamente fora da história, num limbo cinzento em que perdem dos dois lados.

**Foi difícil chegar a estas pessoas?**

SPR – Uma das coisas com que nos deparámos foi que existe um manto que cobre esta parte da história que as instituições públicas alimentam. Em alguns arquivos a que me dirigi disseram-me que a informação sobre estas pessoas tinha ficado toda na Guiné, porque, e cito, “essas pessoas para nós não foram importantes”. Mas como não foram importantes se eram uma tropa de elite portuguesa, uma das expressões mais importantes da guerra colonial?, retorquia eu. Acho que existe uma espécie de apagamento nos arquivos históricos nacionais sobre a importância destas pessoas – nem sequer há uma lista

oficial de nomes. Chegámos aos comandos através de uma lista que um deles tinha guardado que tinha os nomes das três companhias de comandos que constituíram o batalhão. Entrevistámos cerca de 30 comandos. Mas no trabalho só usamos 18, e isso para termos uma narrativa à prova de bala. Havia algumas insinuações de que estas pessoas estavam a mentir sobre a história e o que fizemos foi só usar as entrevistas de quem tinha documentos que provavam que foram comandos africanos, nomeadamente a caderneta militar, ou cujo nome do seu bilhete de identidade coincidia com o nome que estava na lista.

**O que têm em comum estas pessoas? Há mágoa, raiva?**

Diogo Cardoso (DC) – Há espaço para tudo. Há quem tenha mágoa, outros revolta, outros estão conformados. Há quem pense até nesse tempo com boas recordações, que estavam do lado dos portugueses porque se sentiam portugueses. Outros que dizem o contrário. SPR – Também é comum a todos o sentimento de que foram enganados. E a ideia de que há algo que lhes foi prometido e nunca lhes foi dado, a que eles têm direito. Foi-lhes roubada uma cidadania portuguesa e foram completamente abandonados e deixados para trás no processo de descolonização.

Tempo de solidão e de incerteza  
Tempo de medo e tempo de traição  
Tempo de injustiça e de vileza  
Tempo de negação

Sophia de Mello Breyner Andresen, 1964



Diogo Cardoso e Sofia da Palma Rodrigues fotografados no Aljube.

**Sentiram que esta ainda é uma memória muito presente?**

SPR – Existe uma memória presente de mágoa e sentimento de abandono. É como se ligássemos um botão. No dia a dia, esse sentir acaba por estar submerso, mas se se ativar o gatilho é impressionante como as narrativas de repetem. DC – Estas pessoas sentem-se completamente portuguesas. Quando fizemos essa pergunta diretamente, alguns deles disseram: “Não havia de me sentir português porquê? Jurei a bandeira, sou português.” A questão é mesmo essa. Nasce-se português, empurram-te

para a tropa, obrigam-te a lutar e depois abandonam-te e já não és português.

SPR – A maioria destas pessoas não fazia uma escolha ideológica. As pessoas eram empurradas para um lado ou para o outro. Ou porque viviam em Bissau e iam para as Forças Armadas Portuguesas, ou porque estavam no campo e iam para o lado do PAIGC. Não era uma escolha.

**Têm como objetivo que esta parte da história seja reescrita?**

SPR – Não sei se tem de se reescrever a história. Acho que tem de se abrir o espetro. Não é uma questão de ser verdade ou mentira. Não é

que a história que foi contada até agora seja uma mentira. É apenas um a versão.

**Estas são vozes incómodas?**

SPR – São incómodas porque desafiam o discurso de duas nações, um discurso oficial.

DC – Desafiam, sobretudo, a criação de um mito em que nos revesmos enquanto povo, que faz parte do nosso, entre aspas, orgulho nacional, e para a criação desse mito acabámos por deixar de fora todas estas narrativas paralelas, e também verdadeiras, que põem em causa a validade das versões oficiais.

SPR – Quando se diz que a Revolução de Abril, cantada por Chico Buarque como “foi bonita a festa, pá”, sem sangue... Foi sem sangue para quem? Do lado de lá, aquelas pessoas eram portuguesas e tiveram uma revolução bastante sangrenta.

**É Marcelino da Mata?**

SPR – O Marcelino da Mata acaba por ser o personagem que ajuda o discurso oficial de ambos os lados oficiais. Do PAIGC, permite que se construa a imagem dos comandos africanos como monstros, do lado de Portugal, permite que se construa o discurso de uma nação integradora.

**Que reação querem provocar com este trabalho?**

DC – De uma forma mais imediata, que estes homens obtenham o que reivindicam, que sejam devolvidos os seus direitos. De uma forma mais lata, que se abra esta discussão. A da integração na história oficial de narrativas paralelas que fazem parte da história portuguesa e que devem ser analisadas em toda a sua complexidade.

SPR – O que queremos é gerar debate não-polarizado. Este é um tema incómodo para a direita e para a esquerda. Porque as linhas de análise com que tanto a direita como a esquerda têm para ler a guerra colonial e o 25 de Abril são estanques e estas narrativas não se enquadram. A narrativa do 25 de Abril de uma revolução bela e sem sangue é deitada por terra.